

Tribunal de Justiça do Estado do Ceará



Concurso Público

Cargo:

**JUIZ SUBSTITUTO DE
PRIMEIRA ENTRÂNCIA
DO ESTADO DO CEARÁ**

Prova Objetiva P_1

TARDE

CESPE
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Criando Oportunidades para Realizar Sonhos

Aplicação: 26/2/2005

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém cem questões, correspondentes à prova objetiva P_1 , corretamente ordenadas de 1 a 100.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 4 Nos itens desta prova, recomenda-se não marcar ao acaso: a cada item cuja resposta divirja do gabarito oficial definitivo, além de não marcar ponto, o candidato recebe pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 5 Durante a prova, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 A duração da prova é de **quatro horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 7 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de prova.
- 8 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho ou na folha de respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

De acordo com o comando a que cada uma das questões de 1 a 100 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção da sua prova.

PROVA OBJETIVA P₁

QUESTÃO 1

Segundo o professor alemão Peter Häberle, a teoria da interpretação constitucional esteve muito vinculada a um modelo de interpretação de uma 'sociedade fechada'. Ela reduz seu âmbito de investigação, na medida em que se concentra, primariamente, na interpretação constitucional dos juízes e nos procedimentos formalizados.

Peter Häberle. **Hermenêutica constitucional: a sociedade aberta dos intérpretes da constituição: contribuição para a interpretação pluralista e "procedimental" da constituição.** Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris (Trad.), 1997, p. 12 (com adaptações).

Considerando o tema do texto acima, julgue os itens que se seguem, relativos à hermenêutica constitucional e ao poder constituinte.

- 1 Em certa medida, o chamado poder constituinte derivado encontra-se sujeito a restrições fixadas pela interpretação constitucional que o Supremo Tribunal Federal (STF) estabeleça, uma vez que as emendas constitucionais produzidas por aquele são passíveis de controle concentrado de constitucionalidade nesse órgão judiciário.
- 2 A sociedade aberta dos intérpretes da constituição, a que se refere a doutrina constitucionalista, significa que devem contribuir para a interpretação da ordem constitucional não apenas os órgãos do Poder Judiciário, mas também todos os demais órgãos públicos, nos limites de sua competência. De qualquer modo, estariam excluídos dessa sociedade os cidadãos e entes privados em geral.

QUESTÃO 2

Acerca do controle da constitucionalidade das leis e dos atos normativos, julgue os itens a seguir.

- 1 Considere a seguinte situação hipotética.
O Ministério Público (MP) do Ceará ajuizou ação civil pública (ACP) impugnando edital de concurso público que, embasado em lei estadual, continha norma ofensiva a direitos fundamentais. A ação pedia que, em razão da inconstitucionalidade da norma legal, a exigência editalícia fosse julgada inválida.
Nessa situação, em face da jurisprudência do STF, a petição inicial da ACP não deveria ser necessariamente indeferida, sob o fundamento de pedido juridicamente impossível.
- 2 Uma norma surgida na vigência da Constituição de 1967 (com a Emenda Constitucional n.º 1, de 1969) pode ser, atualmente, objeto do controle de constitucionalidade.

QUESTÃO 3

Em relação ao Estado Federal e à repartição de competências na Constituição, julgue os itens seguintes.

- 1 Em virtude da adoção do federalismo na Constituição de 1988, a União, os estados-membros, o Distrito Federal e os municípios são dotados de autonomia para organizar integralmente seus Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e seu Ministério Público.
- 2 Assim como fez em relação à União, a Constituição da República atribuiu certas competências, em caráter exclusivo, aos estados-membros. Por outro lado, a União pode delegar aos estados (mas não aos municípios) a competência para legislar acerca de aspectos específicos das matérias cuja competência legislativa seja da primeira.

QUESTÃO 4

A respeito das câmaras municipais e das emendas à Constituição, julgue os itens subseqüentes.

- 1 A apreciação de medidas provisórias não se insere no processo legislativo aplicável às câmaras municipais, pela razão de que essa espécie normativa não pode ser adotada no âmbito municipal, consoante interpretação firmada pelo STF.
- 2 Considere a seguinte situação hipotética.
Um parlamentar apresentou proposta de emenda à Constituição (PEC) prevendo a aplicação da pena de morte a certos crimes hediondos. Com base na premissa de que tal proposta feriria cláusula pétreia, um partido político ajuizou ação direta de inconstitucionalidade (ADI) preventiva contra a tramitação da PEC.
Nessa situação, adotando a premissa do autor da ADI, é correto entender que a ação seria juridicamente admissível. Os membros do partido, além disso, poderiam impetrar mandado de segurança para impedir o trâmite do processo legislativo da PEC.

QUESTÃO 5

No atinente às atribuições e à responsabilidade dos membros do Poder Executivo, julgue os itens que se seguem.

- 1 Como é notório, o presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva nomeou seu vice-presidente, José Alencar, para o cargo de ministro de Estado da Defesa. Nesta função, por se tratar de mero auxiliar do chefe do Poder Executivo, o presidente pode exonerar, *ad nutum*, a qualquer momento, o vice-presidente. Não poderá afastá-lo, contudo, do cargo para o qual José Alencar foi eleito.
- 2 Considere a seguinte situação hipotética.
Pedro era servidor estável da administração direta do Ceará e veio a eleger-se prefeito de um município no estado. Nessa hipótese, Pedro poderia assumir o cargo eletivo, mas deveria afastar-se do cargo estadual, e teria opção pela remuneração de um ou de outro.

QUESTÃO 6

Em dezembro de 2004, ocorreu o I Encontro da Justiça Cearense, com a participação de vários órgãos ligados ao sistema judicial no estado do Ceará. Do evento, resultou o documento intitulado Carta da Terra da Luz, no qual se registra a necessidade de “compreender a diversidade da justiça brasileira, que abrange a justiça comum — desdobrada em justiça federal e justiça estadual —, a justiça do trabalho, a justiça eleitoral e a justiça militar, e dentro dessa multiplicidade empreender todos os esforços para localizar os pontos sensíveis de cada um desses segmentos do Poder Judiciário nacional, a fim de que se garanta a realização plena do direito fundamental de acesso à jurisdição e a solução dos conflitos dentro de prazo razoável.

Internet: <<http://www.tj.ce.gov.br/principal/index.asp>>.
Acesso em 10/12/2004 (com adaptações).

Considerando a multiplicidade de órgãos judiciais a que se refere o texto acima, julgue os próximos itens, no que tange ao Poder Judiciário.

- ❶ Considere a seguinte situação hipotética.
Constatou-se que o prefeito de certo município desviou, em proveito próprio, verbas transferidas ao ente público por órgão da União, para cumprimento de certo plano de trabalho e sujeitas a controle do Tribunal de Contas da União.
Nessa situação, a denúncia contra o prefeito, por acusação de crime de responsabilidade, deveria ser oferecida a órgão do Poder Judiciário federal.
- ❷ Embora o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) seja autarquia federal, determinadas causas ajuizadas contra ele podem ser julgadas na justiça estadual.

QUESTÃO 7

Julgue os itens a seguir, relativos ao Poder Judiciário.

- ❶ O recurso extraordinário, de competência do STF, diversamente do que ocorre com o recurso especial, não precisa, necessariamente, ser interposto contra julgamento de tribunal.
- ❷ De conformidade com as regras constitucionais em vigor acerca da composição dos tribunais de justiça, se um deles possuir 27 desembargadores, as vagas destinadas à participação do MP e da advocacia deverão corresponder a cinco integrantes.

QUESTÃO 8

Julgue os itens seguintes, no que diz respeito ao regime jurídico da magistratura na Constituição e ao STF.

- ❶ Considere a seguinte situação hipotética.
Em determinado estado da Federação, aprovou-se emenda constitucional estabelecendo que competiria ao governador, dali em diante, nomear para o cargo de desembargador os juízes de direito aptos à promoção por merecimento, a partir de lista tríplice elaborada pelo tribunal de justiça e mediante aprovação da assembléia legislativa.
Nessa situação, a emenda constitucional seria compatível com o regime constitucional vigente, por derivar do mecanismo conhecido como freios e contrapesos.
- ❷ O *habeas corpus* (HC) é constitucionalmente destinado à tutela da liberdade de locomoção, mas a jurisprudência empresta interpretação ampla ao escopo constitucional desse remédio processual. Por isso, admite-o, por exemplo, sob o fundamento de incompetência do juízo. Além disso, a jurisprudência entende que o MP tem legitimidade para impetrar HC.

QUESTÃO 9

Julgue os itens subseqüentes com referência aos direitos fundamentais.

- ❶ A ação popular não pode ser ajuizada pelo MP, pois é mecanismo processual constitucionalmente deferido ao cidadão. Por outro lado, considerando que essa ação visa à tutela do patrimônio público, o MP está vinculado à defesa das posições adotadas no processo pelo autor popular, isto é, não poderá o promotor de justiça ou procurador da República, conforme o caso, opinar pela improcedência do pedido.
- ❷ A Constituição previu o inquérito civil público como mecanismo para que o MP reúna elementos destinados a ajuizar ação civil pública ou outra que se revele adequada, razão por que a conclusão daquele inquérito é indispensável à propositura da ACP.

QUESTÃO 10

Julgue os itens que se seguem, a respeito da segurança pública e do MP.

- ❶ Existe correspondência rigorosa entre a competência dos ramos do Poder Judiciário e a atribuição dos órgãos de polícia judiciária. Dessa forma, apenas o Departamento de Polícia Federal exerce a função de polícia judiciária da União e, inversamente, não pode investigar crimes de competência da justiça estadual.
- ❷ De acordo com o entendimento firmado pelo STF, se um membro do MP cearense divergir de um procurador da República quanto à competência (administrativa) para oficiar em determinado caso, o conflito de atribuições daí surgido deverá ser dirimido pelo procurador-geral da República.

QUESTÃO 11

No que se refere aos princípios fundamentais da administração e aos servidores públicos, julgue os próximos itens.

- ❶ Uma decisão administrativa, mesmo que não fira norma jurídica expressa, pode ser inválida se, por exemplo, não guardar relação adequada entre os meios que elegeu e os fins a serem perseguidos pela administração.
- ❷ Com as reformas constitucionais havidas nos últimos anos, a disciplina jurídica dos agentes públicos seguiu caminho nitidamente privatista, como ocorreu com a abolição da exigência de regime jurídico único para os servidores civis. Estes, no que concerne às empresas públicas e às sociedades de economia mista, passaram a ser integral e exclusivamente regidos pela legislação trabalhista.

QUESTÃO 12

No que concerne aos poderes administrativos e ao ato administrativo, julgue os itens a seguir.

- ❶ Não obstante a previsão constitucional dos direitos fundamentais, a administração, no exercício de seus poderes, tem o poder-dever de limitar a fruição de alguns daqueles direitos, mesmo que, para tanto, não disponha de ordem judicial.
- ❷ Mesmo que um ato administrativo tenha surgido no mundo jurídico despojado de um dos elementos essenciais à sua perfeição, gozará, ainda assim, da presunção de validade, de modo que seus efeitos somente poderão deixar de produzir-se se houver decisão judicial nesse sentido.

QUESTÃO 13

No que diz respeito à licitação e ao serviço público, julgue os itens seguintes.

- ❶ O procedimento de licitação não visa necessariamente a obter, nas aquisições de bens e serviços do poder público, a proposta com valores mais baixos, tanto que, se o valor da proposta for baixo demais, em função de certos parâmetros legalmente fixados, a proposta deverá ser desclassificada.
- ❷ Uma das classificações dos serviços públicos divide-os em serviços *uti singuli* e *uti universi*. Os primeiros são aqueles prestados, em cada ocasião, exclusivamente à pessoa de um cidadão que lhes faça jus, ao passo que os últimos são prestados à coletividade globalmente considerada ou a um grupo de pessoas.

QUESTÃO 14

Quanto ao domínio público e à desapropriação, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ Um rio, a depender de onde nasça e por onde corra, poderá ser propriedade da União ou de estado-membro.
- ❷ Não obstante o princípio constitucional da universalidade da jurisdição, a cognição judicial é limitada na ação de desapropriação. Nela, não se aceita que o réu-expropriado ataque a declaração de utilidade pública baixada pela administração. Nulidades dessa declaração, contudo, podem ser apreciadas judicialmente em outras ações, como na ação civil pública, na ação popular e até em ação direta ajuizada pelo proprietário do bem.

QUESTÃO 15

Acerca do controle e da organização da administração pública, julgue os itens que se seguem.

- ❶ No controle judicial da administração pública, o *habeas data* é um dos instrumentos que o cidadão pode utilizar, nesse caso para situações específicas. Segundo certos juristas, aquela ação permite ao cidadão obter informações acerca de sua própria pessoa, ainda que estejam ligadas a dados cujo sigilo seja necessário à segurança do Estado.
- ❷ A sociedade de economia mista e a empresa pública, embora sujeitas à disciplina do direito privado, podem ser parte em contrato administrativo.

QUESTÃO 16

Julgue os itens abaixo, em relação à responsabilidade civil do Estado e ao sistema tributário nacional.

- ❶ Considere a seguinte situação hipotética.
Um servidor respondeu a procedimento administrativo porque, culposamente, descumpriu dever funcional e, com isso, causou dano a um cidadão. Ao final do procedimento, foi punido pela administração. De posse de cópia dos autos, o cidadão promoveu ação, pedindo indenização pelo dano, apenas em face do servidor.
Nessa situação, agiu corretamente o lesado, porquanto, se provada a culpa do agente público, não caberia processar o Estado.
- ❷ Consoante entendimento firmado pelo STF, uma editora, ao produzir livros, jornais e periódicos, não precisará recolher tributos incidentes sobre os insumos de seu processo produtivo.

QUESTÃO 17

Realizando-se a hipótese de incidência, sobre ela incide, automaticamente, a regra jurídica. A relação jurídica é consequência (efeito jurídico) dessa incidência. No caso da regra jurídica tributária, sua incidência sobre fato lícito irradia relação jurídica em cujo pólo negativo se situa, na posição de sujeito passivo, uma pessoa qualquer e, no pólo positivo, como sujeito ativo, um órgão estatal com função executiva e personalidade jurídica.

Alfredo Augusto Becker. *Teoria geral do direito tributário*. 3.ª ed. São Paulo: Lejus, 1998, p. 261 (com adaptações).

Tendo em conta as considerações do texto acima, julgue os itens a seguir, a respeito da classificação dos tributos.

- ❶ A fim de evitar os males da chamada guerra fiscal e ofensas ao pacto federativo, é juridicamente válido que os estados-membros, por meio de convênio, definam espécies tributárias que não invadam a competência da União nem dos municípios.
- ❷ Por causa da divisibilidade e da especificidade dos serviços públicos cuja utilização, efetiva ou potencial, permite a cobrança de taxas, o valor destas precisa ser escalonado em função da capacidade econômica do contribuinte.

QUESTÃO 18

Julgue os itens seguintes, no atinente à responsabilidade tributária e ao crédito tributário.

- ❶ Nos termos do Código Tributário Nacional (CTN), a lei tributária pode estender a responsabilidade pelo crédito tributário a pessoas não-vinculadas ao fato gerador da obrigação tributária, mas que tenham relação jurídica com o contribuinte.
- ❷ No caso dos impostos que tenham como fato gerador a propriedade, o domínio útil e a posse de imóveis, no caso das taxas pela prestação de serviços em relação a esses bens e no das contribuições de melhoria, o crédito tributário, em qualquer caso, sub-roga-se na pessoa do adquirente do bem.

QUESTÃO 19

Julgue os itens subseqüentes, relativos ao crédito tributário.

- ❶ A concessão de medida liminar em mandado de segurança e a de liminar ou antecipação de tutela jurisdicional em outras espécies de ação constituem causa de suspensão da exigibilidade do crédito tributário. A decretação desses provimentos independe de o contribuinte efetuar o depósito judicial do valor do tributo em discussão.
- ❷ As garantias e os privilégios do crédito tributário não são exclusivamente aqueles previstos no CTN, pois outras leis podem instituí-los, em virtude da natureza e das características do tributo.

QUESTÃO 20

Julgue os itens que se seguem, relativamente aos impostos estaduais e municipais.

- ❶ Considere a seguinte situação hipotética.
Uma empresa comercial possuía estabelecimento em Fortaleza e, por necessidade administrativa, precisou enviar mercadorias ali armazenadas, em caráter provisório, para um seu estabelecimento no município do Crato.
Nessa situação, considerando haver circulação das mercadorias, a empresa deveria recolher o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS).
- ❷ Tanto o ICMS quanto o imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS) podem incidir sobre operações nas quais haja prestação de serviços, a depender das circunstâncias. No caso do ISS, os serviços não podem estar previstos na competência dos estados para cobrança de ICMS e, ademais, devem estar relacionados em lei complementar.

QUESTÃO 21

Acerca da relação de parentesco, julgue os itens a seguir.

- ❶ Considere a seguinte situação hipotética.
Pedro, brasileiro, casado, com 30 anos de idade, alegando ser filho biológico de pessoa diversa daquela que consta em sua certidão de nascimento, propôs ação de investigação de paternidade cumulada com retificação de assento de nascimento e casamento.
Nessa situação, o autor será julgado carecedor da ação, por impossibilidade jurídica do pedido, porque nenhum resultado advirá da declaração da filiação, que colidirá com o registro que se tornou intangível pela decadência, porque a ação foi proposta depois de expirado o prazo que a norma limita para impugnar o reconhecimento do perfilhante, quando menor.
- ❷ Aquele que tenha legítimo interesse econômico ou moral poderá pleitear a anulação do registro civil, em virtude de falsidade ideológica.

QUESTÃO 22

A respeito de alimentos, julgue os seguintes itens.

- ❶ Havendo renúncia ou dispensa dos alimentos na separação, mesmo quando não existir qualquer ressalva na conversão daquela em divórcio, poderá posteriormente o ex-cônjuge postular pensão alimentícia, invocando o princípio da solidariedade familiar, alegar que não tem bens suficientes, nem pode prover, pelo seu trabalho, à própria manutenção. Nessa situação, o juiz concederá os alimentos necessários à sobrevivência do requerente, desde que este comprove que não dispõe de meios próprios para o seu sustento, não possui parentes que lhe garantam a subsistência, bem como que o requerido pode fornecê-los, sem desfalque do necessário ao seu sustento.
- ❷ A obrigação de prestar alimentos decorrente da relação de parentesco independe de idade, sexo ou condição social. Sendo dever dos parentes em linha reta ou colateral prover o sustento daquele que necessita. Assim, se todos os ascendentes não tiverem condições de prestar satisfatoriamente a obrigação alimentar, caberá a obrigação aos descendentes, guardada a ordem da sucessão. Mas, persistindo a necessidade, na falta dos ascendentes e descendentes, cabe a obrigação alimentar aos colaterais, irmãos, tios ou primos, de forma conjunta e proporcional.

QUESTÃO 23

Foi celebrado um contrato de promessa de compra e venda pelo qual uma das partes se comprometeu a entregar ao outro contratante, no prazo de 18 meses, uma sala em um edifício empresarial. O vendedor, em instrumento apartado, obrigou-se ao pagamento de uma multa correspondente a um aluguel mensal, a partir do dia subsequente à data prevista para a entrega do imóvel, no valor igual aos imóveis situados nas imediações do imóvel prometido à venda. Vencido o prazo, o imóvel não foi entregue, e, após notificar previamente a devedora, o comprador propôs ação para o recebimento da multa estipulada no contrato acima referido.

Diante dessa situação hipotética, julgue os itens subsequentes.

- ❶ Se, no curso da ação, o vendedor entregar o imóvel, mediante escritura pública de compra e venda, em que fique consignado, entre outras condições, a concessão, pelo comprador à vendedora, de plena quitação, nessa situação, a referida quitação abrangerá multa cobrada pelo promissário comprador.
- ❷ A multa referida pode ser corretamente entendida como uma cláusula penal, ou seja, um pacto acessório pelo qual as partes, por convenção expressa, submetem o devedor que descumprir a obrigação a uma pena ou multa no caso de mora ou de inadimplemento.

QUESTÃO 24

A respeito dos contratos, julgue os itens que se seguem.

- ❶ Suponha que, depois de celebrado um contrato de locação de bem móvel, sobreveio a morte de um dos contratantes. Nessa situação, o contrato extingue-se, pois a morte de um dos contratantes equipara-se à incapacidade superveniente e constitui causa de dissolução do contrato, a partir da ciência do fato pelo outro contratante. No entanto, as prestações cumpridas e os atos praticados subsistem, transmitindo-se as obrigações assumidas pelo *de cujus* aos seus herdeiros.
- ❷ O contrato preliminar gera uma obrigação de fazer e seu objeto é o contrato definitivo que determina o surgimento de um direito novo, apesar de originar-se de um outro contrato acessório. Assim, é correto afirmar que o contrato definitivo é um contrato principal derivado e, posto não seja autônomo, tem existência distinta, porque os efeitos do contrato preliminar cessam e ele deixa de existir no momento em que for realizado o contrato definitivo.

QUESTÃO 25

Quanto ao direito das obrigações, julgue os itens a seguir.

- ❶ Havendo novação entre credor e um dos devedores solidários, por esse ato, os demais devedores respondem, permanecendo, assim, a solidariedade, e sobre os bens de todos remanescem todas as garantias do crédito novado.
- ❷ A obrigação natural é um débito em que não se pode exigir, judicialmente, a responsabilização patrimonial do devedor, mas que, sendo cumprido, não caracterizará pagamento indevido.

QUESTÃO 26

Acerca do direito das coisas, julgue os próximos itens.

- ❶ A hipoteca é um direito real de garantia que tem eficácia *erga omnes*, não podendo perecer ou ser afastado diante de situação possessória em que exista, exclusivamente, direito pessoal ou direito sem eficácia *erga omnes*.
- ❷ O imóvel residencial da família, de natureza rural, independentemente do tamanho da propriedade, é considerado bem de família, e, nesse caso, a impenhorabilidade restringe-se à sede de moradia, com os respectivos bens móveis.

QUESTÃO 27

Acerca dos atos e fatos jurídicos, julgue os itens abaixo.

- ❶ Os atos jurídicos, quando derivam de erro substancial de vontade declarada, são anuláveis, considerando-se como erro substancial aquilo referente à natureza do ato, ao principal objeto da declaração, ou, ainda, a qualquer das qualidades inerentes a tal declaração.
- ❷ Pode alegar lesão qualquer das partes contratantes, desde que verificada a presença do elemento subjetivo, dolo de aproveitamento, e que um dos contratantes se prevaleceu do estado de necessidade do outro.

QUESTÃO 28

A respeito da sucessão legítima e testamentária, julgue os itens subsequentes.

- ❶ Considere a seguinte situação hipotética.
Carlos e Ana eram casados, desde 1980, pelo regime de comunhão parcial de bens, sem filhos, e os pais e avós de ambos eram todos falecidos. O casal habitava no único imóvel que era de propriedade de Carlos, que este adquiriu por sucessão de sua mãe. Em 20/6/2003, Carlos deixou todo o imóvel herdado a Cíntia, amiga do casal, por testamento. Sobreveio a morte de Carlos em 18/12/2004, ocasião em que Ana tomou conhecimento do referido testamento. Nessa situação, por não ter ascendentes e descendentes vivos e por ser o bem comunicável a Ana, por se tratar de herança, o testamento pode, validamente, instituir a totalidade do bem para Cíntia.
- ❷ A renúncia deve ser pura e simples, e sempre em benefício do monte; no entanto, poderá o renunciante declarar, no respectivo termo dos autos, que seus efeitos tenham os demais co-herdeiros como favorecidos. Em qualquer dessas hipóteses, deve o ato ser tido como de renúncia abdicativa, não se podendo aí falar em cessão de direitos, ou de renúncia translativa.

QUESTÃO 29

Com relação ao direito de empresa, julgue os itens que se seguem.

- 1 Nas sociedades empresariais em que todos os sócios limitam a sua responsabilidade pelas obrigações sociais, ou apenas às importâncias do capital social, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas. Todavia, todos os sócios respondem solidariamente pela integralização do capital social.
- 2 O empresário, a sociedade empresária e a sociedade simples devem ser registrados na junta comercial da sua sede.

QUESTÃO 30

A respeito dos títulos de crédito, julgue os itens a seguir.

- 1 Os títulos causais são aqueles cuja causa da emissão é determinada ou determinável, compondo o universo técnico do regime jurídico da cártula. Estes existem em função do antecedente jurídico da obrigação cartular, devendo, assim, ser observada a convenção constitutiva da relação cambial.
- 2 A necessidade de conversão cambial não retira do título sua liquidez, não impedindo, assim, que seja executado judicialmente.

QUESTÃO 31

Tanto a medida cautelar, objeto de ação cautelar, como a medida antecipatória representam, de regra, providências de natureza emergencial, executiva e sumária, adotadas quase sempre em caráter provisório. Acerca dessas medidas, julgue os itens a seguir.

- 1 A tutela cautelar apenas assegura uma pretensão, constituindo-se medida auxiliar, acessória, dependente e subsidiária do processo principal, não se prestando, portanto, a compor a lide objeto desse processo.
- 2 A tutela antecipatória realiza de imediato a pretensão, mas nem sempre está associada a situações de emergência, pois é lícita a satisfação antecipada do direito sem que haja, necessariamente, uma situação de urgência, como, por exemplo, nos casos de abuso de direito de defesa, quando evidenciado o propósito protelatório do réu ou ainda quando a medida é concedida se um dos pedidos cumulados, ou parcela deles, mostrar-se incontroverso.

QUESTÃO 32

Em relação ao processo de execução, julgue os itens seguintes.

- 1 Tratando-se de título executivo da fazenda pública, extrajudicial ou judicial, relativo a dívida não-tributária, a execução fiscal tramita pelo rito do Código de Processo Civil, não se aplicando, nesse caso, a lei especial para cobrança de dívida ativa da fazenda pública.
- 2 Toda execução de título extrajudicial é definitiva, enquanto a execução de título judicial pode ser definitiva ou provisória.

QUESTÃO 33

Com relação a execução, julgue os itens subseqüentes.

- 1 A execução da parte não-apelada da sentença objeto de recurso parcial é definitiva, muito embora seja feita por carta de sentença ou em autos complementares, já que os autos principais subirão à instância superior para julgamento da apelação.
- 2 A execução de tutela antecipada, que é provisória, dá-se nos autos principais e não por carta de sentença ou em autos complementares.

QUESTÃO 34

Quanto às nulidades processuais, julgue os itens a seguir.

- 1 A citação por edital dos réus que não foram encontrados pessoalmente é válida ainda que entre os citados por edital haja pessoas já falecidas, não se verificando qualquer nulidade processual, especialmente se o autor comprovar que não agiu de má-fé, por desconhecer o fato de essas pessoas terem falecido. Nessa situação, o processo deve seguir regularmente, máxime se do edital constar alguma das expressões: “a quem interessar possa” ou “aos que o presente edital de citação vierem ou dele conhecimento tiverem”, o que torna a citação eficaz *erga omnes*.
- 2 Não há nulidade em incluir, na liquidação, valores que ficaram de fora do dispositivo da sentença liquidanda, que não dispôs expressamente sobre todos os encargos que devem ser suportados pelo réu, desde que seja possível tê-los como conseqüências lógicas da sentença, sendo admissível, nessa hipótese, a condenação implícita.

QUESTÃO 35

Com o advento do novo Código de Processo Civil (CPC), consolidou-se uma série de modificações de índole processual, especialmente nas ações que versam sobre direito de família.

Com relação a essas inovações, julgue os itens que se seguem.

- 1 Com a possibilidade de alegação da impossibilidade da vida em comum como *causa petendi* para o decreto de separação, não mais remanesce o interesse de agir do cônjuge em propor a separação judicial fundada na culpa, sendo vedada a discussão a respeito das causas da separação judicial litigiosa para imputar ao outro a culpa por esta.
- 2 As ações de separação judicial deixaram de ter o caráter de ação personalíssima, admitindo inclusive a intervenção de terceiros, como o companheiro de qualquer dos cônjuges, desde que demonstrado o interesse jurídico.

QUESTÃO 36

Ana, acionista de uma sociedade anônima, propõe ação em face dessa sociedade pretendendo a anulação de uma deliberação tomada em assembléia geral de acionistas. Posteriormente, Beatriz, também acionista dessa sociedade, propõe ação em face da mesma sociedade anônima, pelo mesmo fundamento, pleiteando igualmente a anulação daquela mesma deliberação.

Considerando a situação hipotética acima, julgue os itens a seguir.

- ❶ Há litispendência entre as duas ações mencionadas no texto, devendo, por isso, a segunda ação ser extinta, sem julgamento de mérito.
- ❷ Nem Ana nem Beatriz possuem legitimidade ativa na situação apresentada porque não podem pleitear, sozinhas, o direito dos demais acionistas. Somente a maioria absoluta dos acionistas pode litigar para obter a anulação da referida determinação, configurando-se o litisconsórcio ativo necessário.

QUESTÃO 37

A respeito de competência, julgue os itens seguintes.

- ❶ Em conflito de competência entre juízos estaduais de uma mesma comarca ou de comarcas diversas, em um mesmo estado da federação, é competente o tribunal de justiça do estado. No caso de o conflito surgir entre juízos submetidos a tribunais diversos, um estadual e outro federal, por exemplo, o julgamento do conflito cabe ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). É competente o Supremo Tribunal Federal (STF) quando o conflito se instaurar entre o STJ e outro tribunal, entre um tribunal superior e qualquer outro tribunal.
- ❷ O entendimento do STJ é no sentido de que, a partir da Constituição de 1988 e especialmente a partir do novo Código Civil, já não mais prevalece, em nenhuma hipótese, o foro privilegiado da mulher, previsto no art. 100 do CPC, para as ações de separação e divórcio.

QUESTÃO 38

Acerca da intervenção de terceiros, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ A intervenção do Ministério Público nas causas em que há incapaz configura hipótese de complementação da capacidade de estar em juízo e diz respeito a pressuposto processual.
- ❷ Não é admissível, por falta de interesse jurídico, o ingresso de credor que alega interesse na vitória de seu devedor em ação de reivindicação com terceiro, ao fundamento de que, em caso de derrota do devedor, este poderia ficar sem bens sobre os quais o credor pudesse cobrar seu crédito.

QUESTÃO 39

Em relação a recursos, julgue os itens que se seguem.

- ❶ Os embargos de declaração podem ser providos para alterar o acórdão embargado se este deixou de examinar argumento suscitado pelo embargante cuja apreciação pode conduzir a resultado diverso do anteriormente proferido.
- ❷ Na sistemática dos recursos, o juízo de admissibilidade recursal é exercido sempre e de forma definitiva pelo juízo *a quo*, cabendo ao juízo *ad quem* julgar tão-somente o mérito do recurso, cassando a decisão recorrida ou rejugando a causa.

QUESTÃO 40

A respeito de recursos extraordinário e especial, julgue os itens seguintes.

- ❶ De acordo com a jurisprudência do STF, o recurso extraordinário não admite pronunciamento sobre matéria de ordem pública, sobre a qual é lícito ao juiz pronunciar-se *de ofício*, se essa matéria não houver sido objeto de prequestionamento.
- ❷ O recurso especial, ao contrário do extraordinário, admite o reexame da prova e pode ser utilizado para interpretar cláusula contratual.

QUESTÃO 41

Quanto aos princípios de direito penal, à aplicação da lei penal no tempo e ao concurso de agentes, julgue os itens a seguir.

- ❶ Considere a seguinte situação hipotética.
Samuel criou um servidor de arquivos na Internet, acessível por qualquer pessoa, onde publicou e deixou à disposição das pessoas que acessassem, no período de 1.º/5/2003 a 20/9/2003, fotos de conteúdo pornográfico e de sexo explícito envolvendo crianças e adolescentes. Na ocasião dos fatos, o art. 241 do ECA tipificava como crime fotografar ou publicar cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente, com pena de reclusão de 1 ano a 4 anos. Posteriormente, com o advento da Lei n.º 10.764, de 12/11/2003, o art. 241 do ECA estabeleceu que apresentar, produzir, vender, fornecer, divulgar ou publicar, por qualquer meio de comunicação, inclusive rede mundial de computadores ou internet, fotografias ou imagens com pornografia ou cenas de sexo explícito envolvendo crianças ou adolescentes é crime, com pena de reclusão de 2 anos a 6 anos, e multa.
Nessa situação, de acordo com o entendimento do STF, a conduta de Samuel é atípica, em face dos princípios da reserva legal e da irretroatividade da lei penal.
- ❷ Consoante orientações majoritárias do STJ e STF, é cabível concurso de agentes nos crimes culposos.

QUESTÃO 42

Com relação à teoria da *actio libera in causa*, à culpabilidade, ao dolo, à culpa e aos crimes preterdolosos, julgue os itens seguintes.

- ❶ Considere a seguinte situação hipotética.
Neto, imprudentemente, embriagou-se no balcão de um boteco, sem prever, mas devendo, a eventualidade de vir a cometer um crime. Em estado de embriaguez completa, Neto iniciou uma discussão com o proprietário do boteco e desfechou-lhe um golpe fatal de faca na região torácica, matando-o.
Nessa situação, adotando-se a teoria da *actio libera in causa*, Neto responderá pela prática do crime de homicídio.
- ❷ Considere a seguinte situação hipotética.
Maria dirigia-se até a sua residência quando foi abordada por Pedro, que lhe encostou um revólver na região lombar e anunciou um assalto. Nesse instante, Maria pediu que a arma fosse afastada e, antes que algo fosse feito, ocorreu um disparo de raspão acidental, tendo Pedro saído correndo em sentido contrário à direção tomada pela vítima, nada levando. Maria foi submetida a exame de corpo de delito, constando no laudo que sofreu lesões de natureza leve.
Nessa situação, Pedro praticou o crime de tentativa de roubo qualificado pelo resultado lesão corporal grave — crime preterdoloso.

QUESTÃO 43

Julgue os itens a seguir, referentes às causas de exclusão da antijuridicidade e da imputabilidade.

- ❶ Considere a seguinte situação hipotética.
Marcelo desfechou seis tiros de revólver contra a sua esposa, de quem estava separado de fato há mais de 30 dias, sob a justificativa de que a vítima não tinha comportamento recatado e o traía.
Nessa situação, de acordo com o entendimento do STJ, Marcelo agiu sob o pálio da legítima defesa da honra.
- ❷ Na aferição da imputabilidade, o Código Penal adotou o sistema biopsicológico, mesmo no caso da menoridade penal.

QUESTÃO 44

No que tange a tentativas, crimes consumados, putativo e impossível, julgue os itens que se seguem.

- ❶ Considere a seguinte situação hipotética.
Após uma partida de basquete, Rubens abordou Célia com uma faca e, mediante violência e grave ameaça, a obrigou a ir até os fundos do ginásio de esportes, onde a constrangeu a manter com ele conjunção carnal, que não ocorreu por ausência de ereção — impotência sexual ocasional.
Nessa situação, consoante entendimento do STJ, Rubens não responderá pelo crime de estupro tentado por ineficácia absoluta do meio.
- ❷ Considere a seguinte situação hipotética.
Marcos, mediante grave ameaça exercida com o emprego de um revólver de brinquedo, abordou Joana e determinou que mostrasse o que tinha no interior de sua bolsa, sendo que, ao verificar que não trazia dinheiro ou qualquer valor, a deixou ir embora.
Nessa situação, de acordo com o entendimento do STJ, Marcos praticou o crime de roubo tentado.

QUESTÃO 45

Acerca do concurso de crimes, julgue os itens a seguir.

- ❶ Considere a seguinte situação hipotética.
Nilo, utilizando um pé-de-cabra, arrombou a porta de um veículo automotor e subtraiu, do seu interior, um aparelho de som. Logo em seguida, em ação distinta, utilizando o mesmo instrumento, subtraiu, mediante violência e grave ameaça, a importância de R\$ 500,00 de um pedestre.
Nessa situação, Nilo praticou os crimes de furto e roubo em continuidade delitiva.
- ❷ Considere a seguinte situação hipotética.
André abordou Aparecida em um estacionamento e, mediante grave ameaça exercida com o emprego de um revólver, subtraiu a importância de R\$ 500,00, cartões de crédito, um talão de cheques e um relógio. Após a subtração, André constrangeu Aparecida a entrar em seu veículo, privando-a de sua liberdade de ir e vir por aproximadamente 6 horas, sob ameaça da arma.
Nessa situação e, de acordo com o entendimento do STJ, ocorreu o concurso material entre os crimes de roubo e seqüestro.

QUESTÃO 46

No que concerne às circunstâncias agravantes e atenuantes, julgue os itens seguintes.

- ❶ Nos crimes culposos, consoante orientação mais recente do STF, não podem incidir, além da reincidência, outras circunstâncias agravantes.
- ❷ De acordo com a jurisprudência do STJ, não incide a circunstância atenuante da confissão espontânea se o réu se retrata em juízo da confissão efetuada perante a autoridade policial, e o magistrado não a utiliza para dar suporte à sentença penal condenatória.

QUESTÃO 47

Com relação às causas extintivas da punibilidade e seus efeitos, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ A sentença que concede o perdão judicial, consoante orientação do STJ, tem natureza declaratória e, por isso, não interrompe o lapso prescricional.
- ❷ Considere a seguinte situação hipotética.
Mário foi indiciado em inquérito policial pela prática do crime de estupro com presunção de violência, por ter mantido conjunção carnal com sua namorada, na época com 13 anos de idade. A vítima engravidou e passou a viver maritalmente com Mário, em união estável.
Nessa situação, de acordo com os entendimentos do STJ e STF, incide, por analogia, a causa de extinção da punibilidade do casamento do agente com a vítima.

QUESTÃO 48

Com referência aos crimes contra o patrimônio e os costumes, julgue os itens a seguir.

- ❶ Considere a seguinte situação hipotética.
Um indivíduo, agindo com *animus furandi*, deu uma trombada em uma anciã e a derrubou ao solo, puxou violentamente a sua bolsa, subtraindo cartões de crédito, talonários de cheques e R\$ 1.000,00 em dinheiro, assim como causando-lhe lesão corporal de natureza leve.
Nessa situação, de acordo com os entendimentos do STJ e STF, o indivíduo praticou o crime de roubo.
- ❷ Considere a seguinte situação hipotética.
Célio, com o consentimento de sua namorada, menor de 12 anos de idade, manteve com ela conjunção carnal e posteriormente cópula anal.
Nessa situação, de acordo com a jurisprudência do STJ e STF, Célio praticou os crimes de estupro e atentado violento ao pudor, em concurso material, que não são considerados hediondos.

QUESTÃO 49

A respeito dos crimes contra as relações de consumo e dos crimes de porte ilegal de arma, julgue os itens que se seguem.

- ❶ Considere a seguinte situação hipotética.
Josué mantinha em sua residência, em depósito, para vender, desinfetantes, desodorantes sanitários e sabões em pedra sem registro no Ministério da Saúde, fabricados em desacordo com as normas regulamentares.
Nessa situação, Josué praticou crime contra as relações de consumo que, de acordo com o STJ, é de perigo abstrato, sendo desnecessária a existência de laudo pericial para a constatação da impropriedade dos produtos.
- ❷ Considere a seguinte situação hipotética.
Um policial militar adquiriu de um desconhecido, para uso particular, sem autorização da autoridade competente e em desacordo com as disposições legal e regulamentar, um revólver calibre 38, bem como 6 projéteis intactos. No mesmo dia, fora do horário de serviço, em um bar, o policial militar foi abordado por agentes da Polícia Civil portando o revólver adquirido municiado.
Nessa situação, o policial militar praticou o crime de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido.

QUESTÃO 50

Acerca do ato infracional do adolescente e medidas aplicáveis, julgue os itens a seguir.

- ❶ Para a aplicação das medidas socioeducativas previstas no estatuto da criança e do adolescente (ECA), leva-se em consideração apenas a idade do menor ao tempo do fato, sendo irrelevante a circunstância de atingir o adolescente a maioridade civil ou penal durante seu cumprimento, tendo em vista que a execução da respectiva medida pode ocorrer até que o autor do ato infracional complete 21 anos de idade.
- ❷ De acordo com o entendimento do STJ, pode o magistrado, ao homologar a remissão concedida pelo órgão do Ministério Público, aplicar ao adolescente outra medida socioeducativa prevista no ECA, mesmo que implique semi-liberdade ou internação do menor infrator.

QUESTÃO 51

Quanto à revisão criminal e ao *habeas corpus*, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ Conforme entendimento do STF, se novas provas de circunstâncias que autorizam a diminuição da pena forem descobertas, a decisão do juiz da execução penal que indeferiu pedido de unificação de penas, em face da continuidade delitiva, comporta, em tese, revisão criminal.
- ❷ Mesmo que a petição inicial do *habeas corpus* não esteja assinada pelo impetrante, bem como por alguém a seu rogo, na hipótese de não saber escrever, consoante orientações do STF e STJ, o *writ* deve ser conhecido.

QUESTÃO 52

A respeito do recurso em sentido estrito e do protesto por novo júri, julgue os itens que se seguem.

- ❶ Não é possível, consoante entendimento do STJ, a interpretação extensiva das hipóteses de cabimento do recurso em sentido estrito.
- ❷ Considere a seguinte situação hipotética.
Juvenal foi condenado pela prática de triplo homicídio, em continuidade delitiva, a uma pena privativa de liberdade de 35 anos de reclusão.
Nessa situação, de acordo com o STJ, não é cabível o protesto por novo júri.

QUESTÃO 53

Com referência à fiança penal, à prisão temporária e à prisão preventiva, julgue os itens seguintes.

- ❶ Consoante orientação do STJ, se a soma das penas mínimas cominadas para os crimes, considerando-se para tanto a continuidade delitiva, for superior a 2 anos de reclusão, não é cabível a concessão de fiança.
- ❷ Considere a seguinte situação hipotética.
Paulo, que não possuía residência fixa e se recusava a fornecer elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade, foi indiciado pela autoridade policial pela prática do crime de furto simples, sendo imprescindível a sua prisão para as investigações.
Nessa situação, conforme entendimento do STJ, é cabível a prisão temporária.

QUESTÃO 54

Com relação à pronúncia e ao libelo, julgue os itens a seguir.

- ❶ As qualificadoras capituladas na denúncia, de acordo com o atual entendimento do STJ, só podem ser excluídas da pronúncia quando manifestamente improcedentes.
- ❷ Não enseja irregularidade ou nulidade do libelo-crime, o fato de o promotor de justiça incluir na peça as circunstâncias agravantes do motivo torpe no crime de homicídio simples, após a sentença de pronúncia ter excluído a qualificadora da infração penal.

QUESTÃO 55

Acerca do processo penal na Lei n.º 9.099/1995, julgue os seguintes itens.

- ❶ É cabível a transação penal nos crimes que se apuram mediante ação penal privada, que deve ser apresentada pelo querelante.
- ❷ No tribunal do júri, operada desclassificação em plenário do crime de homicídio tentado para o de lesão corporal de natureza grave, cuja pena mínima não é superior a um ano, deve ser oportunizada, conforme entendimento do STJ, a manifestação do órgão do Ministério Público para que ofereça, se for o caso, a proposta de suspensão condicional do processo.

QUESTÃO 56

Quanto à execução penal e à medida de segurança, julgue os itens que se seguem.

- ❶ Considere a seguinte situação hipotética.
Rogério, réu primário, foi condenado definitivamente à pena privativa de liberdade de 6 anos de reclusão, a ser cumprida em regime fechado por ter praticado o crime de roubo com as causas especiais de aumento do concurso de pessoas e emprego de arma.
Nessa situação, consoante orientação do STJ, após cumprir mais de um ano da pena, Rogério preencherá o requisito objetivo-temporal para a progressão de regime prisional, trabalho externo e saída temporária.
- ❷ Tratando-se de sentença penal absolutória, em razão da inimizabilidade do réu, e como a medida de segurança aplicada é por prazo indeterminado, perdurando enquanto não for definida, por perícia médica, a cessação da periculosidade, consoante entendimento do STJ, inexistente a incidência da prescrição.

QUESTÃO 57

Julgue os seguintes itens, referentes ao incidente de insanidade mental e à sentença penal.

- ❶ Considere a seguinte situação hipotética.
Em um processo-crime, o defensor do réu alegou a sua inimizabilidade na fase da defesa prévia, apresentando como prova cópia autenticada do processo administrativo que o havia aposentado por insanidade mental.
Nessa situação, havendo dúvida sobre a sanidade mental do réu, em face do princípio do livre convencimento, o incidente de insanidade mental não será imprescindível para aferir a sua inimizabilidade.
- ❷ Na sentença penal, embora seja necessário que o juiz aprecie as teses apresentadas pela defesa, de acordo com o entendimento do STJ, não é necessária a menção expressa a cada uma delas se, pela própria decisão condenatória, restar evidente que o julgador adotou posicionamento contrário.

QUESTÃO 58

Com referência ao interrogatório e à prova testemunhal, julgue os itens a seguir.

- ❶ Por ser o interrogatório meio de defesa e fonte de prova, é imprescindível a presença do defensor, mesmo que o ato processual tenha sido realizado antes do advento da Lei n.º 10.792/2003, que fez alterações no Código de Processo Penal, sob pena de cerceamento de defesa.
- ❷ Como corolário do sistema da verdade real, o juiz pode ouvir testemunhas arroladas extemporaneamente pelas partes, como testemunhas do juízo. Essa oitiva, entretanto, de acordo com o STJ, somente pode ser efetivada ao término da instrução e antes de oferecidas as alegações finais.

QUESTÃO 59

Acerca da competência no processo penal, julgue os itens seguintes.

- ❶ Considere a seguinte situação hipotética.
Um policial militar abordou o condutor de uma motocicleta que, diante da falta de habilitação, empreendeu fuga dirigindo-se até o local onde trabalhava. Minutos após, o policial militar chegou atirando e, após atingir mortalmente um civil, por *aberratio ictus*, passou a agredir o condutor da motocicleta com chutes e pontapés, causando-lhe lesões corporais de natureza grave.
Nessa situação, a competência para julgar as infrações penais praticadas pelo policial militar será do tribunal do júri.
- ❷ Com o advento do estatuto do desarmamento — Lei n.º 10.826/2003 —, a competência para processar e julgar os crimes de porte ilegal de arma de fogo, conforme orientação do STJ, passou a ser da justiça federal.

QUESTÃO 60

Quanto aos requisitos da denúncia e do papel do assistente de acusação no processo penal, julgue os itens que se seguem.

- ❶ Nos crimes societários, de acordo com o entendimento do STJ, é dispensável na denúncia a descrição minuciosa e individualizada da conduta de cada acusado, bastando, para tanto, que seja narrada a conduta delituosa de forma a possibilitar o exercício da ampla defesa.
- ❷ O assistente de acusação, consoante entendimentos do STJ e STF, tem legitimidade para, no silêncio do Ministério Público, interpor recurso em sentido estrito contra sentença de pronúncia, objetivando o reconhecimento de causa de qualificação do homicídio.

QUESTÃO 61

Acerca do contrato de comissão e da exibição dos livros empresariais, julgue os itens seguintes.

- 1 O juízo competente poderá determinar, de ofício e em qualquer ação judicial, que o empresário, ou a sociedade empresária, desde que sejam partes litigantes, apresentem a integralidade de seus livros e papéis de escrituração, quando essa providência for imprescindível à solução da lide.
- 2 Considere a seguinte situação hipotética.
Antônio celebra com Bispo contrato de comissão e este último, agindo como comissário, ajusta com Cláudio avença de compra e venda de bem móvel que se encontrava em poder de Antônio e que foi avariado antes da transação e ultimação do negócio jurídico firmado entre Bispo e Cláudio. Nessa situação, Cláudio poderá ajuizar ação de perdas e danos contra Antônio e Bispo respectivamente, desde que comprove os prejuízos sofridos.

QUESTÃO 62

Quanto à capacidade para o exercício da atividade empresarial, julgue os itens a seguir.

- 1 Considere a seguinte situação hipotética.
João, incapaz, exerce atividade empresarial devidamente representado por Pedro, que é leiloeiro.
Nessa situação, Pedro deverá nomear um ou mais gerentes, nomeação essa que dependerá da aprovação do juízo competente.
- 2 Considere a seguinte situação hipotética.
Ana e Bruno são casados sob o regime de comunhão universal de bens e Clóvis e Daniela, sob o regime da separação obrigatória.
Nessa situação, não haverá qualquer impedimento legal à contratação de sociedade entre Ana e Daniela.

QUESTÃO 63

Com relação à proibição para o exercício da atividade empresarial, julgue os itens que seguem.

- 1 Inexiste qualquer vedação legal à participação de servidor público federal em sociedade limitada, desde que tenha sua responsabilidade limitada à integralização das quotas e não exerça cargo de gerência.
- 2 O impedido de exercer atividade empresarial poderá ter sua falência decretada e a ele é facultado impetrar concordata. Contudo, não poderá requerer a falência de outro empresário.

QUESTÃO 64

A respeito das juntas comerciais, julgue os itens subseqüentes.

- 1 As juntas comerciais são órgãos da administração estadual que, entre outras funções, exercem poder disciplinar, estabelecem código de ética e controlam as atividades dos tradutores públicos.
- 2 Mandado de segurança contra ato de registro de determinada sociedade empresária deverá ser impetrado perante a justiça estadual competente.

QUESTÃO 65

Com referência ao registro de empresas, julgue os itens seguintes.

- 1 Qualquer pessoa poderá acessar e obter certidões dos assentos das juntas comerciais, desde que pague o preço devido e comprove justo interesse.
- 2 Uma pessoa jurídica estrangeira, autorizada a estabelecer filial e exercer atividade empresarial no Brasil, deverá ter seus atos arquivados perante a junta comercial competente.

QUESTÃO 66

No que concerne à concordata e às suas espécies, julgue os itens que se seguem.

- 1 Considere a seguinte situação hipotética.
Determinada pessoa jurídica que atua no ramo de prestação de serviços aéreos, passando por uma crise financeira, não conseguiu cumprir oportunamente as obrigações às quais se vinculou, tendo sido protestadas diversas notas promissórias por ela emitidas. O credor de um dos títulos executivos requereu a decretação da falência dessa empresa de aviação aérea. Todavia, antes de ser realizada a citação, a citada pessoa jurídica pediu concordata preventiva sob a alegação de atender a todos os requisitos previstos no Decreto-lei n.º 7.661/1945.
Nessa situação, o pedido de concordata preventiva deverá ser indeferido, tendo em vista que o ordenamento jurídico pátrio não reconhece legitimidade ativa para o pedido de concordata às empresas exploradoras de serviços aéreos de qualquer natureza.
- 2 Considere a seguinte situação hipotética.
Estando injustificadamente impontual no cumprimento de suas obrigações, a empresa João e Maria Comércio de Artigos Esportivos Ltda. teve diversos de seus títulos protestados, no dia 20 de outubro de 2004. No dia 2 de novembro daquele mesmo ano, foi requerida a decretação de sua falência com base em tais títulos, cujo vencimento havia ocorrido 5 dias antes da data em que foram protestados. Preenchidos os requisitos genéricos do Decreto-lei n.º 7.661/1945, o sócio majoritário requereu a concordata suspensiva, ofertando ao conjunto de credores quirografários que representavam 80% da dívida total, o pagamento de 30% à vista, por saldo de seus créditos.
Nessa situação, o pedido de concordata deverá ser deferido.

QUESTÃO 67

Considerando as atribuições do comissário na concordata, julgue os itens a seguir.

- 1 O comissário é uma figura específica da concordata suspensiva. Trata-se de um agente auxiliar da justiça na fiscalização do comportamento do devedor, levando ao conhecimento do juiz todo ato que lhe parece ilegal, ilegítimo ou injustificado.
- 2 O comissário, ao analisar o estado econômico de devedor concordatário, elaborará relatório circunstanciado, instruído por laudo pericial, no qual verificará se o ativo da empresa corresponde a mais de 50% de seu passivo quirografário. Nessa análise, o comissário levará também em consideração o valor dos bens que constituam objeto de garantia, no que exceder a importância dos créditos garantidos.

QUESTÃO 68

Quanto à caracterização e à declaração da falência, e ao seu procedimento, julgue os itens seguintes.

- ❶ Uma obrigação pode tornar-se líquida, autorizando o pedido de falência, por intermédio de procedimento denominado verificação judicial de conta. Trata-se de procedimento contencioso de natureza cautelar, o qual deverá tramitar perante o juízo competente para decretar a falência do devedor, e deverá ser realizado por dois peritos nomeados pelo juiz. As contas verificadas por meio desse procedimento consideram-se vencidas desde a data da sentença que julgou o exame.
- ❷ Nas ações previstas no Decreto-lei n.º 7.661/1945, o prazo para a interposição de recurso conta-se a partir da data em que a parte foi intimada, e não da data da juntada aos autos do mandado de intimação cumprido, como estabelece o Código de Processo Civil.

QUESTÃO 69

A respeito do juízo da falência e dos efeitos jurídicos da sentença declaratória da falência, julgue os seguintes itens.

- ❶ Nos termos da Lei de Execuções Fiscais, a cobrança judicial da dívida ativa da fazenda pública não é sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, concordata, liquidação, inventário ou arrolamento. O mesmo diploma legal determina que a competência para processar e julgar a execução da dívida ativa da fazenda pública exclui a de qualquer outro juízo, inclusive o da falência, da concordata, da liquidação, da insolvência ou do inventário. Destarte, é possível concluir que a decretação de falência não suspende o curso de execução fiscal, não estando os bens arrecadados nesta ação sujeitos ao juízo falimentar.
- ❷ Um dos efeitos jurídicos da sentença declaratória de falência de uma sociedade limitada é tornar obrigatória a integralização das cotas que cada um dos sócios subscreveu para a formação de seu capital social, independentemente de qualquer restrição, limitação ou condição estabelecidas no contrato social. Esta integralização é devida, não sendo necessário demonstrar a insuficiência dos bens da sociedade para o pagamento do passivo da massa falida.

QUESTÃO 70

Quanto aos contratos do falido e seu regime jurídico, julgue os itens seguintes.

- ❶ Considere a seguinte situação hipotética.
A empresa Carregamento Transportes Terrestres Ltda. celebrou contrato de compra e venda com a empresa Carga Pesada Comércio de Caçambas e Contêineres Ltda., para aquisição de diversos equipamentos. O contrato entabulado previa o pagamento dos equipamentos em 12 prestações mensais, as quais deveriam ser satisfeitas todo primeiro dia útil de cada mês, sendo a primeira com vencimento estipulado para o dia 2 de abril de 2003. Ocorre que a primeira empresa nunca honrou seus compromissos, tornando-se impontual no cumprimento de suas obrigações desde a primeira prestação, o que fez com que a segunda empresa ajuizasse ação de cobrança. Em audiência de conciliação, realizada no dia 10 de julho de 2004, a empresa Carregamento Transportes Terrestres Ltda. celebrou acordo, no qual transferiria imóvel de sua propriedade à empresa Carga Pesada Comércio de Caçambas e Contêineres Ltda., para satisfação da dívida. Tal acordo foi homologado pelo juízo competente. No dia 15 de outubro de 2004, foi ajuizada ação de falência por diversos credores da empresa Carregamento, em face da impontualidade no pagamento de dívidas líquidas, insculpidas em inúmeras notas promissórias, tendo sido o primeiro protesto realizado no dia 20 de agosto de 2004. No dia 25 de outubro daquele mesmo ano foi decretada a falência da empresa Carregamento Transportes Terrestres Ltda., sendo estabelecido termo legal de 60 dias anteriores à data do aludido protesto.
Nessa situação, a transação realizada entre a empresa Carregamento e a empresa Carga Pesada não pode ser revogada, tendo em vista tratar-se de acordo homologado por sentença judicial, transitada em julgado, a qual não é passível de ser rescindida pelos efeitos jurídicos da sentença declaratória da falência.
- ❷ A insolvência do devedor empresário é pressuposto material objetivo para a declaração da falência, a qual pode ser demonstrada pela impontualidade injustificada no cumprimento de obrigações líquidas, previstas em títulos que possuam força executiva. O decreto-lei n.º 7.661/1945 elegeu o protesto como meio idôneo a esta demonstração, devendo ser protestados mesmo os títulos que não sejam sujeitos a protesto obrigatório.

QUESTÃO 71

Acerca dos sujeitos da relação de emprego, julgue os itens a seguir.

- 1 Conforme o ordenamento jurídico pátrio, os elementos caracterizadores da condição de empregado incluem a pessoalidade, a subordinação, a exclusividade, a não-eventualidade e a onerosidade.
- 2 Na hipótese de estar caracterizada a existência de grupo econômico integrado por cinco empresas, todas dotadas de personalidade jurídica própria, no caso de inadimplência de crédito de empregado por parte de uma determinada empresa, as demais respondem solidariamente pela dívida.

QUESTÃO 72

Quanto aos institutos que tratam da duração do trabalho, julgue os itens que se seguem.

- 1 São consideradas horas *in itinere* aquelas que correspondem ao tempo de deslocamento até o local de trabalho, desde que este se situe em local de difícil acesso e que não seja servido por transporte público.
- 2 Segundo a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (TST), o acordo de compensação de jornada pode ser celebrado entre empregado e empregador, de forma expressa ou verbal.

QUESTÃO 73

O instituto da equiparação salarial tem a finalidade de garantir a observância do princípio da isonomia no âmbito do ambiente empresarial. Com relação ao referido instituto, julgue os itens subseqüentes.

- 1 Tendo o desnível salarial entre equiparando e paradigma decorrido de decisão judicial, segundo a jurisprudência do TST, não subsiste o direito à equiparação.
- 2 Segundo a jurisprudência do TST, o conceito de identidade de localidade, para efeito de equiparação salarial, corresponde à identidade de municípios ou de distintos municípios, mas que pertençam à mesma região metropolitana.

QUESTÃO 74

No que se refere à remuneração do empregado, julgue os itens abaixo.

- 1 Não possuem natureza salarial as diárias e ajudas de custo que não excederem a 50% do salário percebido pelo empregado.
- 2 Conforme a jurisprudência do TST, as gorjetas percebidas pelo empregado, cobradas pelo empregador na nota de serviço, possuem natureza salarial, ao passo que as gorjetas pagas de forma espontânea pelo cliente do empregador ao empregado não possuem natureza salarial.

QUESTÃO 75

No âmbito do ordenamento pátrio, a estabilidade consiste em exceção, vez que o empregador, em regra, tem liberdade para romper o vínculo de emprego de forma imotivada, ficando, porém, sujeito ao cumprimento de obrigações de dar e fazer, as quais têm o sentido de desestimular a dispensa imotivada. Considerando os institutos que implicam a obrigatoriedade de pagamento de verbas rescisórias, bem como o instituto da estabilidade, julgue os seguintes itens.

- 1 Segundo a jurisprudência do TST, a eficácia quitatória, decorrente da homologação de termo de rescisão de contrato de trabalho realizada por entidade sindical, representativa do empregado, recai apenas sobre os valores registrados no termo, não recaindo sobre as parcelas.
- 2 Segundo a jurisprudência do TST, os empregados da administração direta, autárquica e fundacional contam com a estabilidade prevista no art. 41 da Constituição Federal de 1988, ao passo que os empregados de empresas públicas ou sociedade de economia mista não contam com a referida estabilidade.

QUESTÃO 76

Julgue os itens a seguir, acerca do direito processual do trabalho.

- 1 No direito processual do trabalho, as decisões interlocutórias somente ensejam recurso imediato quando suscetíveis de impugnação mediante recurso para o mesmo tribunal, ou na hipótese de acolhimento de exceção de incompetência, com a remessa dos autos para tribunal regional do trabalho distinto daquele a que se vincula o juízo excepcionado.
- 2 No âmbito do direito processual do trabalho, a condenação ao pagamento de honorários advocatícios pela parte sucumbente somente será devida quando esta for o empregador ou ex-empregador e se houver a presença de dois requisitos: atuação de advogado de entidade sindical e detenção dos benefícios da justiça gratuita por parte do empregado ou ex-empregado.

QUESTÃO 77

Ainda a respeito do direito processual do trabalho, julgue os itens que se seguem.

- 1 Segundo a jurisprudência do TST, no direito processual do trabalho, somente se admite a substituição processual por parte de entidade sindical, nas hipóteses que a lei infraconstitucional expressamente autoriza.
- 2 Considere que um ex-empregado ajuizou reclamação e, sob o fundamento de ser detentor de estabilidade, requereu, em sede de antecipação de tutela, a reintegração no emprego. Caso o juiz conceda, liminarmente, a tutela requerida (reintegração), será cabível o mandado de segurança, vez que a decisão não comporta recurso.

QUESTÃO 78

Acerca da produção da prova testemunhal no âmbito do direito processual do trabalho, julgue os itens a seguir.

- ❶ Segundo a jurisprudência do TST, o fato de a testemunha, indicada pelo reclamante, ter ajuizado reclamação em face da empresa que figura no pólo passivo da relação processual em que atuará como testemunha implica a presunção de suspeição, cabendo à parte que indicou a testemunha o ônus de demonstrar a ausência de suspeição.
- ❷ No procedimento sumaríssimo, no âmbito do direito processual do trabalho, somente ocorrerá a intimação de testemunha caso a parte comprove que houve a formulação de convite (à testemunha), para comparecimento espontâneo, não tendo esta comparecido espontaneamente na audiência.

QUESTÃO 79

Acerca dos recursos no direito processual do trabalho, julgue os itens seguintes.

- ❶ Os recursos, em regra, devem ser recebidos no duplo efeito, ou seja, devolutivo e suspensivo.
- ❷ Segundo a jurisprudência do TST, admite-se o efeito devolutivo em profundidade, em relação ao recurso ordinário, quanto às matérias de defesa e aos pedidos não-apreciados.

QUESTÃO 80

Julgue os itens abaixo, com relação à competência no âmbito do direito processual do trabalho.

- ❶ Os dissídios resultantes de contratos de empreitada, nos quais o empreiteiro seja operário ou artífice, inserem-se na competência da justiça do trabalho.
- ❷ No direito processual do trabalho, a competência territorial, em regra, é determinada pelo local do domicílio do empregado.

QUESTÃO 81

Acerca dos princípios fundamentais inscritos na Constituição brasileira, julgue os itens seguintes.

- ❶ O estado democrático de direito tem como fundamentos a cidadania e o pluralismo político, entre outros.
- ❷ São fundamentos do estado democrático de direito a independência nacional e a prevalência dos direitos humanos.

QUESTÃO 82

Além da Constituição, as principais fontes do direito eleitoral são o Código Eleitoral, de 1965,

- ❶ a Lei Orgânica dos Partidos, de 1977, e a Lei das Inelegibilidades, de 1997.
- ❷ a Lei de Inelegibilidades, de 1990, e a Lei das Eleições, de 1997.

QUESTÃO 83

Com relação à competência dos órgãos da justiça eleitoral, julgue os itens que se seguem.

- ❶ Compete ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em princípio, ressalvada a competência da justiça federal, julgar crimes políticos e infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou valores da União.
- ❷ Compete ao Tribunal Regional Eleitoral julgar os conflitos de jurisdição entre juízes eleitorais do mesmo estado.

QUESTÃO 84

Com relação ao domicílio eleitoral dos cidadãos, julgue os seguintes itens.

- ❶ O domicílio eleitoral do servidor público corresponde necessariamente à cidade onde ele trabalha.
- ❷ O domicílio eleitoral do cidadão brasileiro é alterado na hipótese de mudança de domicílio, quando opta livremente por residir em outra cidade.

QUESTÃO 85

A respeito do sistema eleitoral adotado no Brasil, julgue os itens a seguir.

- ❶ O Brasil adota sistema misto, inspirado no sistema eleitoral alemão, uma vez que aqui existem tanto eleições proporcionais, para vereadores e deputados, quanto majoritárias, para prefeito e governador.
- ❷ O Brasil adota o sistema proporcional de listas abertas nas eleições parlamentares.

QUESTÃO 86

Com relação à contagem dos votos nas eleições proporcionais, julgue os itens seguintes.

- ❶ Para efeito de cálculo do quociente eleitoral, nas eleições proporcionais, os votos em branco não são contados como válidos.
- ❷ O candidato mais votado para deputado estadual será considerado eleito, independentemente da quantidade de votos dos outros candidatos de seu partido.

QUESTÃO 87

Com relação às disposições da Lei dos Partidos Políticos, julgue os itens abaixo.

- ❶ Os partidos políticos organizam-se internamente na forma como dispõe a lei, podendo ter o registro cassado, em caso de descumprimento das normas que disciplinam o assunto.
- ❷ Os partidos políticos, antes de direito privado, adquirem personalidade jurídica na forma da lei civil, após registro em cartório civil de pessoas jurídicas.

QUESTÃO 88

Com relação às disposições da Lei Complementar n.º 64/1990, e às disposições constitucionais sobre inelegibilidade, julgue os seguintes itens.

- ❶ Governador de estado pode manter-se no cargo para candidatar-se à reeleição, mas deve afastar-se para ser candidato ao Senado Federal.
- ❷ Funcionário de uma prefeitura municipal que for candidato em outro município está sujeito à desincompatibilização, sob pena de inelegibilidade.

QUESTÃO 89

A respeito dos critérios legais para a propaganda política a que se refere a Lei Eleitoral (Lei n.º 9.504/1997), julgue os itens subsequentes.

- ❶ Toda propaganda eleitoral, pública ou interna ao partido, somente é permitida após a aprovação da candidatura pela convenção eleitoral.
- ❷ O morador de uma residência não precisa solicitar autorização do juiz eleitoral para promover propaganda eleitoral nos muros externos da mesma.

QUESTÃO 90

Com base na Lei Eleitoral e na jurisprudência do TSE, julgue os itens seguintes, acerca dos atos públicos de campanha.

- ❶ Tratando-se de ato em recinto fechado, não é necessária autorização policial, exigida apenas para atos em locais públicos.
- ❷ O juiz eleitoral não tem legitimidade para, de ofício, instaurar procedimento com a finalidade de impor multa pela veiculação de propaganda eleitoral irregular.

QUESTÃO 91

Para ter efetividade o princípio do duplo grau de jurisdição, existem em todos os ramos do Poder Judiciário juízos de primeiro e de segundo graus, sendo que os de segundo grau de jurisdição (ou de segunda instância, segundo a terminologia da Constituição e dos códigos mais antigos, que o Código de Processo Civil evitou) são os tribunais.

Antonio Carlos de Araújo Cintra, Ada Pellegrini Grinover e Cândido Rangel Dinamarco.
Teoria geral do processo. 9.ª ed. São Paulo: Malheiros, 1993, p. 159 (com adaptações).

Em face da estruturação acima exposta e no que diz respeito às comarcas e à justiça de segundo grau no Ceará, julgue os itens abaixo.

- ❶ Se, em determinada comarca, o tribunal de justiça constatar o decréscimo da população, da arrecadação estadual, do número de eleitores inscritos e do volume de serviço forense, poderá rebaixá-la a termo judiciário de comarca próxima, a fim de racionalizar o emprego dos recursos materiais e humanos do Poder Judiciário estadual.
- ❷ Considere a seguinte situação hipotética.
Um desembargador, por motivo de saúde, precisou afastar-se do serviço durante 60 dias. Antes disso, proferiu voto, como relator, em uma apelação cível, cujo julgamento não se concluiu porque um colega pediu vista dos autos.
Nessa situação, se o processo não envolver matéria urgente nem houver pedido da parte, o julgamento deverá ser sobrestado até o retorno do relator.

QUESTÃO 92

Com referência às câmaras do TJCE e ao corregedor-geral da justiça, julgue os itens a seguir.

- ❶ As ações rescisórias devem ser julgadas pelas câmaras cíveis isoladas e, na hipótese de a parte opor embargos infringentes, o julgamento será de competência das câmaras cíveis reunidas.
- ❷ O corregedor-geral da justiça pode estabelecer calendário de correições periódicas nas comarcas. Ao cabo de cada correição, poderá baixar recomendações para o eficiente desempenho do serviço judiciário. Depois de finda a correição, o corregedor poderá retornar à comarca a qualquer momento, para aferir a observância de suas recomendações.

QUESTÃO 93

A respeito da Escola Superior da Magistratura e da justiça de primeiro grau no estado, julgue os itens seguintes.

- ❶ Suponha que a Escola Superior da Magistratura do Ceará realize treinamento especificamente voltado para os juízes da capital do estado que atuem em causas ligadas à infância e à adolescência, mediante convênio com uma universidade, e conceda certificado de aproveitamento no evento aos magistrados participantes. Esse certificado, em princípio, à luz do Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado, não poderá servir como título para fins de promoção ou acesso dos juízes.
- ❷ Se, em determinada comarca, o juiz diretor do fórum receber autos de inquérito policial com solicitação de prazo adicional para conclusão das diligências, deverá dar vista ao MP e, em seguida, se for caso de autorizar o prazo, devolver os autos à polícia judiciária, não sendo indispensável distribuição. Esta só é necessária se o MP oferecer denúncia ou requerer diligência sujeita a autorização judicial.

QUESTÃO 94

No que se refere aos juízes de direito e aos juízes substitutos, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ Durante o estágio probatório, os juízes de direito substitutos não têm jurisdição federal nas comarcas onde atuem, assim como tampouco podem presidir às sessões do tribunal do júri.
- ❷ A jurisdição na auditoria militar do estado do Ceará não será exercida por juiz auditor oriundo de concurso próprio e carreira específica, mas por juiz da entrância especial, removido ou promovido para o cargo. A auditoria militar do estado não poderá julgar civis, mas apenas policiais militares e bombeiros militares, nos crimes previstos no Código Penal Militar.

QUESTÃO 95

No que concerne às varas e à organização da carreira dos magistrados, julgue os itens que se seguem.

- ❶ Todos os juízes de direito em exercício na capital do estado do Ceará terão designação para atuar em determinada vara mediante ato baixado pelo TJCE.
- ❷ O juiz substituto poderá, por motivo relevante, tomar posse por meio de procurador. Após dois anos de exercício no cargo, esse magistrado poderá adquirir vitaliciedade, mas ela poderá ser-lhe negada, caso o tribunal de justiça apure, entre outros motivos, deficiência de assiduidade, mau relacionamento com os sujeitos processuais, deficiente qualidade do trabalho, conduta inadequada do ponto de vista moral, falta de senso de responsabilidade, nível insatisfatório de conhecimento técnico ou baixa quantidade de trabalho.

QUESTÃO 96

Julgue os itens abaixo, no que diz respeito aos serviços notariais e de registro e ao ingresso na atividade respectiva.

- ❶ A escritura lavrada no serviço notarial cria presunção de verdade da declaração, mas não necessariamente do conteúdo dessas declarações.
- ❷ De acordo com a legislação vigente, os notários e registradores respondem pelos atos que seus prepostos praticarem, tanto na esfera cível quanto na criminal e na administrativa; esses prepostos deverão ser contratados sob a legislação trabalhista, de modo que não terão vínculo estatutário com o serviço público.

QUESTÃO 97

Julgue os itens a seguir, quanto à responsabilidade e às incompatibilidades e impedimentos na atividade notarial e de registro.

- ❶ Apesar de as atividades dos notários e registradores serem exercidas em caráter privado, elas geram responsabilidade objetiva para o Estado; essa responsabilidade, todavia, pode ser excluída ou reduzida, a depender do caso.
- ❷ A regra geral acerca das incompatibilidades aplicáveis aos notários e registradores é a de que não podem exercer cargo eletivo, excepcionado o caso do de vereador, desde que se comprove compatibilidade de horários.

QUESTÃO 98

Julgue os itens seguintes, acerca da fiscalização da atividade notarial e de registro e da mudança de nome à luz da Lei dos Registros Públicos (LRP) — Lei n.º 6.015/1973.

- ❶ É dever dos juízes responsáveis pela fiscalização dos serviços notariais e de registro receber, ao longo do ano, as reclamações de cidadãos contra esses serviços, a fim de incluí-las como pontos a examinar durante as inspeções anuais que devem realizar naquelas serventias.
- ❷ A mudança de nome será admissível não apenas nos casos de nome que exponha seu detentor ao ridículo, mas, também, segundo a doutrina e a jurisprudência, naqueles em que o interessado seja conhecido em seu meio por designação diversa da constante do registro civil.

QUESTÃO 99

Julgue os itens subseqüentes, em relação à matrícula e à dúvida, no regime da LRP.

- ❶ Matrícula, registro e averbação são institutos jurídicos distintos. A primeira consiste no assentamento básico do bem imóvel e, por isso, exige os dados necessários à identificação dele e de seu proprietário, entre outros. O registro destina-se à formalização de certos atos jurídicos e abrange a transcrição, que se destina especificamente à aquisição da propriedade imóvel. Já a averbação visa à inserção de circunstâncias relevantes no registro do imóvel.
- ❷ De acordo com entendimento harmônico dos tribunais superiores, o procedimento de dúvida será de competência da justiça federal, à qual deverá ser remetido, sempre que envolver interesse jurídico da União ou de suas autarquias e empresas públicas, por aplicação do art. 109 da Constituição da República.

QUESTÃO 100

Julgue os itens que se seguem, a respeito da retificação no registro de imóveis e aos princípios desse registro.

- ❶ Se o titular de direito sobre bem imóvel requerer a retificação do registro deste, ela poderá realizar-se sem a necessidade de processo judicial contencioso, a depender das circunstâncias, ainda que da retificação resulte alteração de registro causadora da redução da área de imóvel de outrem.
- ❷ Considere a seguinte situação hipotética.
João compareceu ao registro imobiliário, apresentando, para registro, escritura pública de compra de imóvel em que Maria figurava como outorgante vendedora. Constava dos assentamentos do imóvel, porém, como última proprietária, a pessoa de Júlia.
Nessa situação, a inobservância do princípio da continuidade é o obstáculo ao registro da escritura exibida por João.